

ANO LETIVO 2025/2026

PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA



CENTRO DE ESTUDOS DE FÁTIMA

R. do CEF
Moita Redonda
2495 - 651 Fátima

Tel: 249539510
Fax: 249539519
E-mail: cef@cef.pt

ÍNDICE

Nota prévia	4
PARTE I	
1. Princípios Orientadores do Projeto Educativo	6
1.1. Metas pedagógicas e Objetivos Gerais	8
1.2. Objetivos de desenvolvimento do Projeto Educativo	10
2. Intenções do Projeto Curricular de Escola	13
3. Relevância do Regulamento Interno	13
PARTE II	
1. Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória	14
1.1. Princípios	14
1.2. Visão	16
1.3. Valores	17
1.4. Áreas de competências	18
2. Currículo	
2.1. Conceito de currículo	19
2.2. Gestão do currículo	20
2.3. Aprendizagens essenciais	20
3. Formas de Organização Gerais	
3.1. Calendário Escolar	23
3.2. Horário de Funcionamento da Escola	23
3.3. Estruturas de Orientação Educativa	24
3.3.1. Organigrama do CEF	24
3.3.2. Recursos Materiais	24
3.3.3. Recursos Humanos	25

3.3.4. Serviços Especializados de Apoios Educativos	27
3.3.4.1. Serviços de Psicologia e Orientação	27
3.3.4.2. Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva	30
3.3.4.3. Centro de Apoio à Aprendizagem	32
3.3.5. Apoios Educativos	33
3.3.5.1. Apoios enquadrados no Decreto-lei nº 54/2008	33
3.3.5.2. Medidas de promoção do sucesso escolar	34
3.4. Plano Anual de Atividades	34
3.5. Outros aspetos organizacionais	35
3.5.1. Critérios Gerais de Organização das turmas	35
3.5.2. Gestão do tempo escolar e organização dos horários das turmas	36
3.5.3. Ocupação dos tempos escolares dos alunos	36
4. Formas de Organização Curricular	38
4.1. Ensino Básico	38
4.2. Ensino Secundário	40
4.3. Formação Profissional	42
4.4. Cidadania e Desenvolvimento	47
4.5. Disciplinas de Oferta Complementar	48
4.6. Educação Inclusiva	49
4.6.1. Recursos específicos de apoio à educação inclusiva	49
4.6.2. Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão	50
4.6.1.1 Diferenciação Pedagógica	51
5. Atividades de Enriquecimento Curricular	56
6. Parcerias e Iniciativas junto da Comunidade	57
7. Avaliação	58
7.1. Enquadramento	58

7.2. Critérios Gerais de Avaliação	60
7.3. Critérios Específicos de Avaliação	62
7.4. Critérios Gerais de Transição	62
7.5. Avaliação das disciplinas de oferta complementar e da atividade de estudo	62
PARTE III	
1. Enquadramento do Plano de Turma	63
2. Esquema Organizativo para a concretização do Plano de Turma.	65
3. Esquema Conceptual	67
4. Divulgação e Avaliação do Projeto Curricular de Escola	67
4.1. Divulgação	67
4.2. Revisão/Avaliação	68

Nota prévia

“O que é verdadeiramente importante na Escola é o Homem, a quem as estruturas devem servir, e não o contrário.” (Moreno, 1978)

O Projeto Curricular de Escola tem como base os documentos que conferem real autonomia à Escola: o Projeto Educativo e o Regulamento Interno. Este possui uma articulação específica com o Projeto Educativo uma vez que consubstancia na prática a filosofia expressa neste. É, por assim dizer, a praxis devidamente enquadrada na realidade física e comunitária da Escola. Por outro lado, o Projeto Curricular de Escola constitui a adequação do Currículo Nacional à nossa comunidade educativa. Assim sendo, este projeto revela-se de extrema importância para toda a escola.

O Centro de Estudos de Fátima (CEF), sendo uma escola católica, oferece um serviço educativo a todos os que procuram uma educação para os valores, propondo-se orientar os alunos para a realização pessoal, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-se para uma aprendizagem consciente e responsável, de modo a construir um futuro coerente. Estas aprendizagens compreendem não só os conteúdos curriculares, mas também outras atividades desenvolvidas fora do contexto das disciplinas: as dimensões do ser, do formar-se, do transformar-se, do criticar, do intervir, do construir, do “aprender a aprender”.

Considerando a educação uma realidade complexa com múltiplas implicações ao nível pessoal, social e global, o CEF propõe-se educar para um futuro próximo tendo subjacentes valores de participação, solidariedade e responsabilidade. À escola cabe o papel de orientar, preparar e facilitar o correto desenvolvimento dos seus educandos para o desempenho consciente dos seus papéis na sociedade e no mundo.

Assim, no triénio 2023/2026, dando continuidade à nossa Visão de escola, prosseguiremos o aprofundamento e o domínio de saberes, instrumentos e metodologias que fundamentem uma cultura humanística, científica, artística e técnica. Continuaremos com um projeto que visa dotar o aluno de um conjunto de competências visando saber resolver os problemas práticos do dia a dia, essenciais à gestão da vida pessoal, familiar e comunitária.

No entanto, inspirando-nos no verso camoniano “Por mares nunca antes navegados” d’*Os Lusíadas* como forma de catapultar os alunos para um mundo de descoberta que, nos dias de hoje, já não será a do período quinhentista, mas de novas descobertas num mundo moderno em constante mutação, em pleno século XXI, que exige a todos uma preparação integral, alicerçada nos valores do trabalho, da persistência e das atitudes, a fim de construírem uma identidade pessoal, íntegra capaz de traduzir as suas verdadeiras potencialidades. Para isso, será incontornável fomentarmos a análise crítica, a curiosidade científica, de modo a permitir um maior grau de autoconhecimento e a procura de um rumo às expectativas, motivações e características individuais, tendo como imperativo maior a valorização desses aspetos, conquistando sempre o êxito com inteligência e transparência e não a qualquer preço. Porque, num mundo cada vez mais globalizado, torna-se impreterível repensar a conduta axiológica do ser humano e a própria prática educativa subjacente ao seu

processo de aprendizagem. Portanto, a educação/formação deve ser vista como uma espécie de humanização do desenvolvimento e concebida como um processo do ser, que, através da diversidade das suas experiências, aprende a conhecer-se, a expressar-se, a comunicar e a interrogar o mundo. Desta forma, pretende-se que os alunos estejam sempre abertos a novos compromissos/descobertas, num empreendedorismo comprometido para despoletarem as competências necessárias, capazes de transformar o sonho na realidade pretendida e, assim, atingirem os valores de excelência que serão muito importantes para a adaptabilidade a um mercado de trabalho em permanente transformação e, cada vez mais, dependente das novas tecnologias. Nessa perspetiva, as nossas raízes telúricas, língua e cultura são, também, um veículo essencial para a construção da portugalidade, elemento basilar para a disseminação da lusofonia no mundo.

Para atingir o que nos propomos, a construção do Projeto Curricular de Escola deve contemplar a articulação horizontal e vertical dos currículos disciplinares, a interdisciplinaridade, o trabalho de projeto, as orientações curriculares, as metodologias a privilegiar e as várias ofertas educativas.

PARTE I

1. Princípios Orientadores do Projeto Educativo

O CEF centra a sua atividade pedagógica na educação para os valores, propondo-se orientar os alunos para a realização pessoal, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-os para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos,

morais e cívicos, proporcionando-lhes um equilibrado desenvolvimento físico e elegendo como princípios e valores fundamentais os seguintes:

- Construir e tomar consciência da entidade pessoal e social;
- Participar na vida cívica de forma livre, responsável, solidária e crítica;
- Respeitar e valorizar a diversidade dos indivíduos e dos grupos quanto às suas pertenças e opções;
- Valorizar diferentes formas de conhecimento, comunicação e expressão;
- Valorizar as dimensões relacionais da aprendizagem e dos princípios éticos que regulam o relacionamento com o saber e com os outros;
- Desenvolver o sentido de apreciação estética do mundo;
- Desenvolver a curiosidade intelectual, o gosto pelo saber, pelo trabalho e pelo estudo;
- Construir uma consciência ecológica conducente à valorização e preservação do património natural e cultural;
- Criar hábitos de trabalho individual e em grupo e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança;
- Desenvolver a participação das populações nas ações educativas, nomeadamente dos alunos, docentes e famílias, na definição da política educativa, e na experiência pedagógica quotidiana;
- Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho.

O empenhamento em concertar princípios e conceitos, planificar ações e concretizar planos, ditou a necessidade de se identificarem as metas e objetivos gerais para os próximos três anos.

Entenderam-se as metas e objetivos gerais delas decorrentes como abrangentes e resultantes da pergunta: “Que escola queremos ser?”

Em resposta à questão, definiram-se os objetivos de desenvolvimento que constituem especificações dos objetivos gerais. Estes objetivos são pontos de partida para o estabelecimento de intenções, estratégias e ações que constam no Plano Curricular de Escola. Do mesmo modo, os vários intervenientes integram nos seus planos de trabalho e no Plano Anual de Atividades propostas com vista a efetivar os mesmos.

Pretende-se que o trabalho desenvolvido na escola, a todos os níveis, constitua um todo coerente e não apenas o somatório de atividades de cada órgão ou serviço, sem um corpo comum.

1.1 Metas pedagógicas e Objetivos Gerais

Estabelecem-se as seguintes metas para os próximos três anos (2023/2026):

- Melhorar ou manter os resultados escolares em todas as disciplinas (*ver metas no PEE*);
- Melhorar ou manter a taxa de sucesso e de aprovação em todos os anos (*ver metas no PEE*);
- Aumentar ou manter os resultados de excelência;

- Melhorar ou manter a posição da escola nos vários indicadores externos
(*ver metas no PEE*);
- Incentivar o trabalho colaborativo nos domínios científico, pedagógico e didático;
- Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação interna e de divulgação externa;
- Assegurar a monitorização sistemática de toda a atividade escolar através de indicadores de medida.

Das metas acima enunciadas, decorrem os objetivos gerais que a seguir se enunciam:

- Articular o Projeto Curricular de Escola, o Referencial de Avaliação, os Planos de Turma e o Plano de Atividades da Escola com o Projeto Educativo de Escola.
- Utilizar o Projeto Educativo de Escola como fio condutor de toda a atividade escolar.
- Aprofundar, de forma consistente, a relação entre os planos curriculares, atividades de enriquecimento curricular e extracurriculares.
- Desenvolver estratégias que envolvam o aluno nas suas aprendizagens e superação das suas dificuldades, criando dinâmicas de trabalho adaptadas.
- Operacionalizar os meios para que o Projeto Educativo seja a ligação entre a realidade presente da escola, perspetivando novas realidades futuras.

- Promover o sucesso escolar dos alunos atuando de forma efetiva nos casos identificados de insucesso.
- Manter e reforçar um bom relacionamento pedagógico, proporcionando a resolução de problemas disciplinares.
- Preservar o bom ambiente de trabalho entre os órgãos de direção da escola e os restantes elementos da comunidade escolar.
- Fomentar a participação de todos os elementos da comunidade escolar na vida da escola, promovendo o trabalho coletivo e interdisciplinar.
- Desenvolver uma dinâmica de avaliação do desempenho da escola com o objetivo de regular e melhorar o seu funcionamento.
- Valorizar a educação para a cidadania.
- Motivar os elementos da comunidade para uma participação ativa e cooperante no processo educativo.
- Promover a interação entre a escola e a comunidade envolvente.
- Revitalizar os espaços físicos da escola (interiores/exteriores) no sentido da sua contínua rentabilização.
- Otimizar os serviços e outras estruturas no sentido de prestar um melhor serviço à comunidade escolar.
- Promover a formação contínua de pessoal docente e não docente, tendo em vista a melhoria das suas competências profissionais para o melhor desempenho das suas funções.

1.2 Objetivos de desenvolvimento do Projeto Educativo

- Promover de forma regular e sistemática visitas de estudo ou outras atividades coerentes com os objetivos definidos, que ampliem os benefícios educativos, se possível numa perspetiva de interdisciplinaridade.
- Promover atividades de enriquecimento curricular em horários e condições que possibilitem o acesso a todos os interessados, de acordo com as motivações dos alunos e as decorrentes do Projeto Educativo.
- Promover o gosto pela utilização correta da língua portuguesa, reconhecendo a sua importância fundamental na vida da escola.
- Promover as aprendizagens nas áreas das novas tecnologias (Algoritmia, programação e robótica).
- Estimular a realização de trabalhos de projeto, que permitam aos alunos a aquisição de saberes trans e interdisciplinares e o desenvolvimento de competências.
- Sensibilizar os alunos para a defesa do ambiente e preservação da natureza e do património, para o gosto pela atividade física, para uma alimentação saudável, e educar para a sexualidade.
- Desenvolver estratégias que possibilitem o contato com outras culturas.
- Desenvolver estratégias de orientação e informação escolar e profissional com os alunos, pais e professores, no que respeita à problemática que as opções escolares envolvem.

- Promover atividades que permitam a aquisição de métodos e técnicas de estudo.
- Criar condições que possibilitem a realização de atividades lúdicas de ocupação dos tempos livres que constituam um desafio cognitivo, estético e ético.
- Desenvolver estratégias concertadas para a superação do insucesso escolar dos alunos com dificuldades de aprendizagem, nas turmas e nas disciplinas com maior insucesso, envolvendo os órgãos e serviços considerados necessários.
- Desenvolver estratégias que possibilitem a integração dos alunos com necessidades educativas especiais, de acordo com as suas capacidades e necessidades.
- Prestar apoio de natureza psicológica e psicopedagógica a alunos, professores e pais/encarregados de educação, no contexto das atividades educativas.
- Desenvolver estratégias de aplicação do regime disciplinar dos alunos, baseados na prevenção de situações problemáticas.
- Organizar um plano anual de formação, a partir do inventário das necessidades e das áreas de interesse prioritárias do Projeto Educativo.
- Incentivar programas de informação/formação e espaços de diálogo para assuntos de interesse da comunidade escolar.
- Conceber a realização de ações de formação/sessões de esclarecimento para pessoal docente, não docente, pais e alunos.

- Desenvolver estratégias para melhorar os circuitos de comunicação entre as diversas estruturas da escola.
- Promover a discussão sobre as ofertas curriculares e de enriquecimento curricular.
- Promover a discussão sobre os critérios de desenvolvimento de atividades de enriquecimento curricular.
- Desenvolver a comunicação com os Encarregados de Educação.
- Desenvolver tarefas/projetos com a participação ativa dos Pais/Encarregados de Educação.
- Desenvolver projetos em articulação com os serviços culturais e sociais da comunidade.
- Desenvolver programas e protocolos com instituições e setores de atividade da comunidade numa dinâmica de intercâmbios.
- Estabelecer programas de prestação de serviços à comunidade como parte integrante da educação para a cidadania e para os valores.
- Desenvolver e instituir formas de comunicação regular com a comunidade.
- Desenvolver iniciativas que progressivamente se constituam como elementos identificadores da escola.

2. Intenções do Projeto Curricular de Escola

O CEF, no seu Projeto Educativo apresenta como tema a desenvolver no triénio 2023-2026: **“Por mares nunca de antes navegados”**.

A intenção de levar a efeito este projeto resultou de uma atenta reflexão em que, como referimos anteriormente, se considera ser prioritário fomentar nos alunos, a análise crítica e a curiosidade científica, de modo a permitir um maior grau de autoconhecimento e a procura de um rumo às expetativas, motivações e características individuais.

3. Relevância do Regulamento Interno

Para que o Projeto Curricular de Escola possa fluir na sua prática contínua, é necessário atender ao cumprimento do Regulamento Interno, que constitui um documento discriminativo de direitos e deveres dos elementos da comunidade educativa, bem como do funcionamento dos diferentes espaços e estruturas escolares.

PARTE II

1. Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória

Dado que o documento “Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória” estabelece a matriz de princípios, valores e áreas de competências a que deve obedecer o desenvolvimento do currículo e atendendo a que este PCE é a adequação do currículo nacional à nossa escola, temos que aqui dar particular ênfase à estrutura do Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória que se constitui como

documento de referência para a organização de todo o sistema educativo e como tal de tomada de decisões inerentes às várias dimensões do desenvolvimento curricular.

1.1. Princípios

Princípios que orientam, justificam e dão sentido ao Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A. Base humanista – A escola habilita os jovens com saberes e valores para a construção de uma sociedade mais justa, centrada na pessoa, na dignidade humana e na ação sobre o mundo enquanto bem comum a preservar.

B. Saber – O saber está no centro do processo educativo. É responsabilidade da escola desenvolver nos alunos a cultura científica que permite compreender, tomar decisões e intervir sobre as realidades naturais e sociais no mundo. Toda a ação deve ser sustentada por um conhecimento sólido e robusto.

C. Aprendizagem – As aprendizagens são essenciais no processo educativo. A ação educativa promove intencionalmente o desenvolvimento da capacidade de aprender, base da educação e formação ao longo da vida.

D. Inclusão – A escolaridade obrigatória é de e para todos, sendo promotora de equidade e democracia. A escola contemporânea agrega uma diversidade de alunos tanto do ponto de vista socioeconómico e cultural como do ponto de vista cognitivo e motivacional. Todos os alunos têm direito ao acesso e à participação de modo pleno e efetivo em todos os contextos educativos.

E. Coerência e flexibilidade – Garantir o acesso à aprendizagem e à participação dos alunos no seu processo de formação requer uma ação educativa coerente e flexível. É através da gestão flexível do currículo e do trabalho conjunto dos

professores e educadores sobre o currículo que é possível explorar temas diferenciados, trazendo a realidade para o centro das aprendizagens visadas.

F. Adaptabilidade e ousadia – Educar no século XXI exige a perceção de que é fundamental conseguir adaptar-se a novos contextos e novas estruturas, mobilizando as competências, mas também estando preparado para atualizar conhecimento e desempenhar novas funções.

G. Sustentabilidade – A escola contribui para formar nos alunos a consciência de sustentabilidade, um dos maiores desafios existenciais do mundo contemporâneo, que consiste no estabelecimento, através da inovação política, ética e científica, de relações de sinergia e simbiose duradouras e seguras entre os sistemas social, económico e tecnológico e o Sistema Terra, de cujo frágil e complexo equilíbrio depende a continuidade histórica da civilização humana.

H. Estabilidade – Educar para um perfil de competências alargado requer tempo e persistência. O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória permite fazer face à evolução em qualquer área do saber e ter estabilidade para que o sistema se adeque e produza efeitos.

1.2. Visão

A Visão de aluno integra desígnios que se complementam, se interpenetram e se reforçam num modelo de escolaridade que visa a qualificação individual e a cidadania democrática. Pretende-se que o jovem, à saída da escolaridade obrigatória, seja um cidadão:

- munido de múltiplas literacias que lhe permitam analisar e questionar criticamente a realidade, avaliar e selecionar a informação, formular hipóteses e tomar decisões fundamentadas no seu dia a dia;
- livre, autónomo, responsável e consciente de si próprio e do mundo que o rodeia;
- capaz de lidar com a mudança e com a incerteza num mundo em rápida transformação;
- que reconheça a importância e o desafio oferecidos conjuntamente pelas Artes, pelas Humanidades e pela Ciência e a Tecnologia para a sustentabilidade social, cultural, económica e ambiental de Portugal e do mundo;
- capaz de pensar crítica e autonomamente, criativo, com competência de trabalho colaborativo e com capacidade de comunicação;
- apto a continuar a aprendizagem ao longo da vida, como fator decisivo do seu desenvolvimento pessoal e da sua intervenção social;
- que conheça e respeite os princípios fundamentais da sociedade democrática e os direitos, garantias e liberdades em que esta assenta;
- que valorize o respeito pela dignidade humana, pelo exercício da cidadania plena, pela solidariedade para com os outros, pela diversidade cultural e pelo debate democrático;
- que rejeite todas as formas de discriminação e de exclusão social.

1.3. Valores

Todas as crianças e jovens devem ser encorajados, nas atividades escolares, a desenvolver e a pôr em prática os valores por que se deve pautar a cultura de escola, a seguir enunciados.

- Responsabilidade e integridade – Respeitar-se a si mesmo e aos outros; saber agir eticamente, consciente da obrigação de responder pelas próprias ações; ponderar as ações próprias e alheias em função do bem comum.

- Excelência e exigência – Aspirar ao trabalho bem feito, ao rigor e à superação; ser perseverante perante as dificuldades; ter consciência de si e dos outros; ter sensibilidade e ser solidário para com os outros.

- Curiosidade, reflexão e inovação – Querer aprender mais; desenvolver o pensamento reflexivo, crítico e criativo; procurar novas soluções e aplicações.

- Cidadania e participação – Demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural e agir de acordo com os princípios dos direitos humanos; negociar a solução de conflitos em prol da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser interventivo, tomando a iniciativa e sendo empreendedor.

- Liberdade – Manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum.

1.4. Áreas de competências

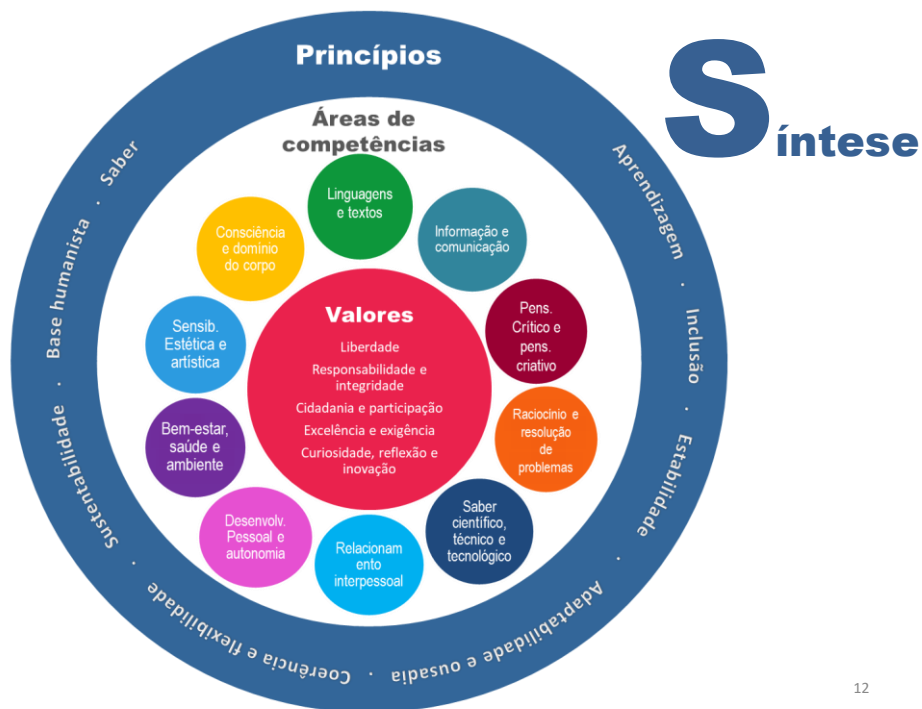
Sendo as competências combinações complexas de conhecimentos, capacidades e atitudes, são centrais no perfil dos alunos, na escolaridade obrigatória.

As áreas de competências são complementares e a sua enumeração não pressupõe qualquer hierarquia interna entre as mesmas. Nenhuma delas, por outro

lado, corresponde a uma área curricular específica, sendo que em cada área curricular estão necessariamente envolvidas múltiplas competências, teóricas e práticas. Pressupõem o desenvolvimento de literacias múltiplas, tais como a leitura e a escrita, a numeracia e a utilização das tecnologias de informação e comunicação, que são alicerces para aprender e continuar a aprender ao longo da vida.

As áreas de competências a considerar são:

1. Linguagens e textos
2. Informação e comunicação
3. Raciocínio e resolução de problemas
4. Pensamento crítico e pensamento criativo
5. Relacionamento interpessoal
6. Desenvolvimento pessoal e autonomia
7. Bem-estar, saúde e ambiente
8. Sensibilidade estética e artística
9. Saber científico, técnico e tecnológico
10. Consciência e domínio do corpo



12

2. Currículo

2.1. Conceito de Currículo

O currículo é o que enforma o perfil definido do aluno. Pode ser entendido como o plano de ação que extravasa o tradicional espaço da sala de aula, ultrapassando o simples saber e saber fazer para atingir o saber ser. Prepara os alunos para uma cidadania efetiva, comprometida social e solidariamente, responsabilmente interventiva, que torne o cidadão, na sociedade globalizada em que vivemos, em pessoa capaz de potenciar as capacidades criadoras do ser humano, sem esquecer os limites éticos e técnicos.

O currículo concretiza-se em planos de estudo elaborados em consonância com as matrizes curriculares constantes no presente PCE.

2.2. Gestão do currículo

A programação das atividades de gestão e articulação curriculares são da responsabilidade dos grupos disciplinares que compõem cada um dos departamentos curriculares e é gerida a nível dos conselhos de turma, tendo em vista essencialmente a melhoria dos conhecimentos dos alunos e consolidação das aprendizagens.

As planificações anuais das diversas disciplinas são elaboradas pelos grupos disciplinares, aprovadas pelos respetivos departamentos disciplinares e ratificadas pelo conselho pedagógico.

A planificação e o desenvolvimento das atividades letivas devem nortear-se por uma cultura de rigor científico e de exigência no cumprimento dos currículos de cada disciplina. As planificações estão sujeitas a avaliação no final do período de acordo com as diretivas do conselho pedagógico, devendo sempre que necessário ser reajustadas com o objetivo de garantir o cumprimento dos planos curriculares, salvaguardando a aprendizagem dos alunos.

As planificações, depois de ratificadas pelo conselho pedagógico, são arquivadas nos dossiês dos departamentos curriculares.

2.3. Aprendizagens Essenciais

As Aprendizagens Essenciais são documentos de orientação curricular base na planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem, em cada ano de escolaridade ou de formação, componente do currículo, área disciplinar ou disciplina, e visam promover o desenvolvimento das áreas de competências inscritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

Tendo sido construídas a partir dos documentos curriculares existentes, as AE são a base comum de referência para a aprendizagem de todos os alunos, isto é, o **denominador curricular comum**, nunca esgotando o que um aluno tem de aprender. Desta forma, constituem-se, a par com o Perfil dos Alunos, como o referencial para a avaliação externa.

A componente do referencial curricular designada por **Aprendizagens Essenciais** expressa a tríade de elementos — **conhecimentos, capacidades e atitudes** — ao longo da progressão curricular, explicitando:

- o que os alunos devem saber (os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, articulados concetualmente, relevantes e significativos);
- os processos cognitivos que devem ativar para adquirir esse conhecimento (operações/ações necessárias para aprender);
- o saber fazer a ele associado (mostrar que aprendeu), numa dada disciplina — na sua especificidade e na articulação horizontal entre os conhecimentos de várias disciplinas —, num dado ano de escolaridade.

Tudo isto integrado no ciclo respetivo e olhado na sua continuidade e articulação vertical, ao longo da escolaridade obrigatória.

3. Formas de Organização Gerais

3.1. Calendário Escolar

	1º Semestre	2º Semestre
Início	11. Setembro	02. Fevereiro
Fim	23. Janeiro	05. Junho (9º, 11º e 12º anos) 12. Junho (5º, 6º, 7º, 8º e 10º anos)
Interrupções	10. Novembro a 14. Novembro (Aval. Intercalares) 22. Dezembro a 02. Janeiro (Interrupção do Natal) 26. Janeiro a 30. Janeiro (Aval. 1º Semestre)	16 a 18. Março (Carnaval) 30. Março a 06. Abril (Interrupções da Páscoa)

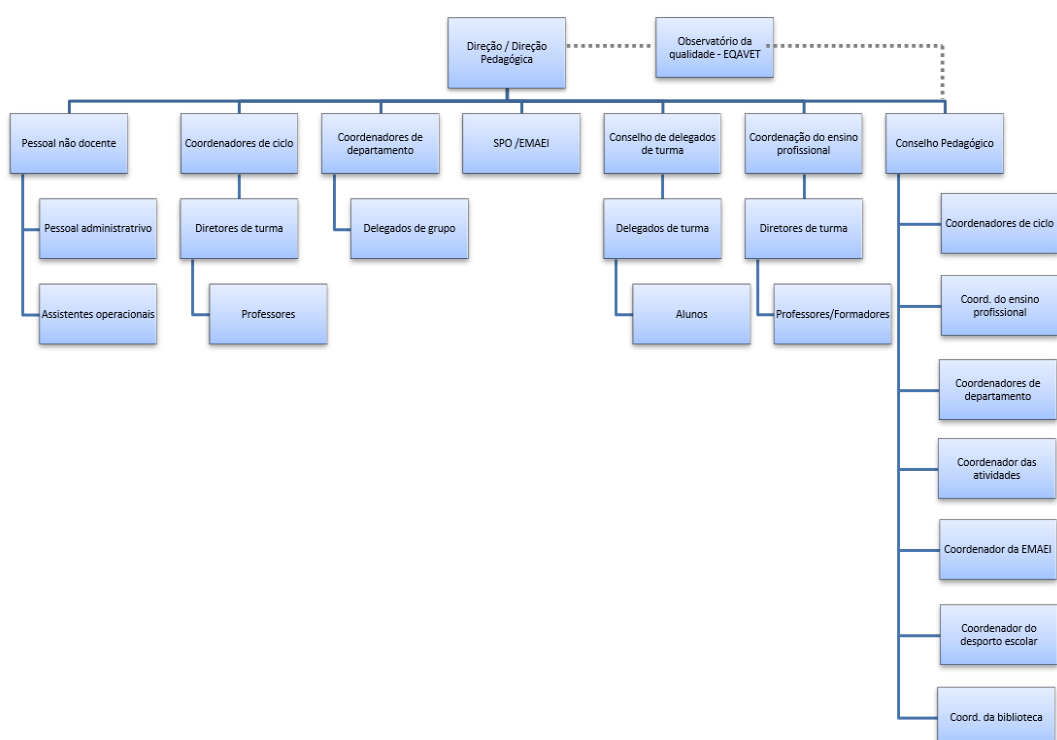
3.2. Horário de Funcionamento da Escola

A escola funciona todos os dias úteis, entre as 8h30m e as 17h30m.

O horário de funcionamento das várias estruturas educativas (secretaria, bar, refeitório, reprografia, biblioteca...) a funcionar no espaço escolar encontra-se junto às respetivas instalações.

3.3. Recursos e Estruturas de Orientação Educativa

3.3.1. Organigrama do CEF



3.3.2. Recursos Materiais

O complexo escolar do CEF é composto por três blocos distintos:

- Bloco administrativo e serviços de apoio: secretaria, administração, contabilidade, receção, gabinete dos Psicólogos, gabinete da Educação Especial/centro de apoio à aprendizagem, gabinete da Assistente Social, sala de reuniões, sala de informática, sala multiusos, sala de dança, ginásio,

piscinas, vestiários, balneários, bar dos Alunos, cozinha e refeitório, sala de artes, oficina de manutenção.

- Bloco central: salas de aula, biblioteca, centro de recursos educativos, salas de atendimento aos Encarregados de Educação (Ensino Básico e Ensino Secundário), laboratório de Química, laboratório de Física, salas de apoio, oficinas, salas de Educação Tecnológica, sala de línguas estrangeiras, salas de atividades e enriquecimento curricular, sala de trabalho de Professores, sala e bar dos Professores, sala para Funcionários, papelaria, ludoteca, salas de informática e salas de Educação Visual.
- Bloco do Auditório: Auditório, sala de rádio, salas de música, sala do *InforCef* e salas de aulas.

Para além dos recursos materiais indicados, o CEF dispõe também de um posto de transformação, casa do segurança, campos de jogos, zona de saltos, estacionamento.

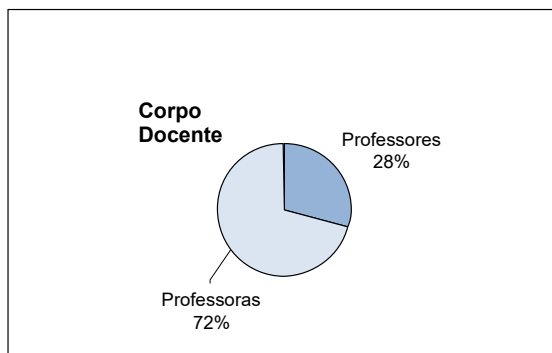
Relativamente a material de apoio, o CEF dispõe de material audiovisual variado: televisões e leitores vídeo, câmaras de vídeo, máquinas fotográficas, projetores de vídeo, gravadores de som, computadores, tablets, quadros interativos, que se encontram ao serviço da prática docente e à produção de informação da Escola.

3.3.3. Recursos Humanos

Pessoal Docente

Ao serviço do CEF encontram-se 47 professores. A maioria dos professores é do sexo feminino, tendência que atualmente se verifica na maioria das escolas.

Distribuição do corpo docente por sexos



A média de alunos por cada professor é de 14,4.

Pessoal Não Docente

No ano letivo 2025/2026, o CEF tem ao seu dispor 22 funcionários não docentes, distribuídos genericamente por três categorias:

- Pessoal administrativo – constituído por um funcionário que coordena a frota de transportes e três funcionários de secretaria.
- Pessoal auxiliar da ação educativa e vigilantes – constituído por um funcionário de manutenção geral, oito AAE, um funcionário de bar; quatro funcionários de limpeza, dois funcionários de papelaria e um funcionário na Biblioteca.
- Serviços de Psicologia e Orientação – constituído por um psicólogo e uma professora de ensino especial (incluída no pessoal docente).
- O serviço de refeitório é assegurado pela empresa *EuroEssen*.
- O serviço de limpeza é ainda reforçado por empresa externa.

3.3.4. Serviços Especializados de Apoios Educativos

3.3.4.1. Serviços de Psicologia e Orientação

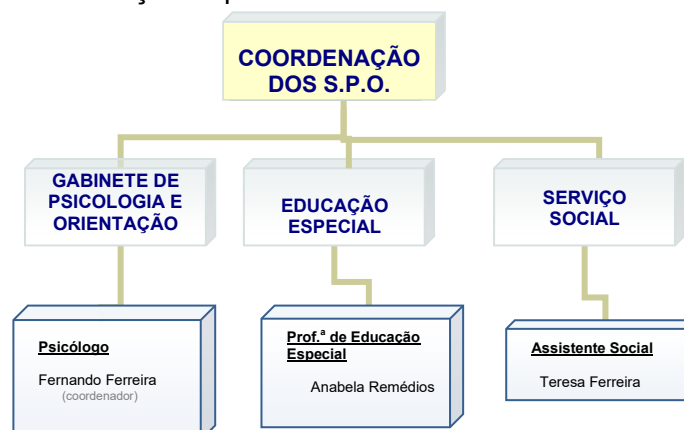
Os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) são unidades especializadas de apoio educativo, integradas na rede escolar, que desenvolvem a sua ação no âmbito dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

Os SPO asseguram, na prossecução das suas atribuições:

- A caracterização dos alunos com necessidades educativas individuais e o planeamento de estratégias adequadas;
- O apoio psicopedagógico dos alunos, individualmente ou em grupo, ao longo do processo educativo, bem como a sua plena integração na comunidade escolar;
- A estreita interação com os órgãos diretivos e os professores da escola de forma a apoiar a tomada de decisões em questões de carácter pedagógico;
- O desenvolvimento de uma relação cooperante entre a escola e a família.

Os S.P.O., em colaboração com os professores e Diretores de Turma, promoverão uma orientação vocacional verdadeiramente integradora dos alunos dos Ensinos Básico e Secundário, de modo a apoiar o seu percurso escolar e o ingresso no mundo do trabalho.

A equipa técnica é composta por um Psicólogo, uma Técnica de Serviço Social, uma Professora de Educação Especial.



A equipa realiza reuniões periódicas de planificação e avaliação das atividades desenvolvidas pelos técnicos dos Serviços.

Gabinete de Psicologia e Orientação

É um Serviço especializado no apoio educativo, aconselhamento e orientação escolar/vocacional.

No desempenho das competências que lhes estão legalmente cometidas, o Gabinete de Psicologia e Orientação articula-se com outros serviços especializados de apoio educativo, tais como os Coordenadores de Ciclo, Coordenadores de Ano, Diretores de Turma, no quadro da complementaridade de atuações e visando a plena formação e integração escolar dos alunos.

Serviço Social

São funções do Serviço Social a ação social escolar, destinada aos agregados familiares com uma situação socioeconómica desfavorecida e apoio aos alunos, pais/encarregados de educação com problemas sociais.

No Centro de Estudos de Fátima existe uma Técnica de Serviço Social.

O Serviço Social tem como principais objetivos:

- Minimizar as desigualdades socioeconómicas e culturais no sentido de combater a exclusão social e escolar;
- Promover uma melhor adaptação dos alunos ao meio escolar e social.

São funções da Assistente Social para a Ação Social Escolar:

- Informar os pais/encarregados de educação sobre o processo de candidatura ao subsídio escolar;
- Analisar os processos de candidatura;
- Entrevistar os pais/encarregados de educação que se considere necessário;
- Divulgar os resultados aos pais/encarregados de educação e Diretores de Turma e Coordenadores;
- Organizar e enviar para a DGEstE os processos de subsídio dos alunos com ASE e candidatos a Bolsa de Mérito;
- Distribuir as verbas pelos alunos subsidiados ao longo do ano.

São funções da Assistente Social para o Serviço Social:

- Colaborar com os diretores de turma no diagnóstico das situações familiares de alguns alunos que evidenciam problemas sociais;
- Participar nas reuniões de Conselho de Turma dos alunos acompanhados, sempre que se considere oportuno.
- Colaborar com o Gabinete de Psicologia e Orientação e com a Professora de Educação Especial, na planificação de estratégias de atuação relativas a alunos com necessidades educativas.
- Atender os pais e encarregados de educação, no sentido de os ajudar a resolver as situações, quer por si próprios quer em conjunto;
- Proceder a contatos com os pais/encarregados de educação no seu domicílio, sempre que necessário;

- Encaminhar os pais/encarregados de educação para outros serviços a fim de se resolverem as dificuldades diagnosticadas;
- Articular com outros serviços, nomeadamente a Segurança Social, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e Centro de Saúde, quer para facultar quer para receber informação sobre alguns alunos e famílias acompanhadas em conjunto de modo a planear uma intervenção mais adequada.

3.3.4.2. Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

A equipa multidisciplinar é composta por elementos permanentes e por elementos variáveis de acordo com as orientações legislativas do Decreto-Lei nº 54/2008 de 6 de julho.

São funções da equipa multidisciplinar:

- Colaborar na sensibilização e dinamização da comunidade educativa no sentido do direito que os jovens com necessidades educativas têm de frequentar o ensino regular para a construção de uma sociedade tolerante e solidária.
- Colaborar na identificação das necessidades e nas propostas de remediação e solução, nomeadamente no que diz respeito aos apoios educativos a disponibilizar aos jovens com necessidades educativas.
- Identificar, conjuntamente com os restantes órgãos de gestão pedagógica, os recursos humanos e técnicos necessários à criação, na Escola, das condições

ambientais e pedagógicas que conduzam a uma efetiva igualdade de oportunidades para todos os alunos.

- Colaborar na organização do processo de apoio aos alunos com necessidades educativas, nomeadamente ao nível das áreas de desenvolvimento e de aprendizagem que se manifestem mais fragilizadas – "áreas fracas" – com vista à sua minimização e maximização das "áreas fortes".
- Colaborar com os docentes do ensino regular na planificação do trabalho a realizar com os alunos ou grupos de alunos, tendo em conta os percursos individuais dos mesmos, bem como na flexibilização curricular adaptada aos alunos.
- Colaborar com os docentes, os SPO, terapeutas, médicos, etc., na elaboração de diversos documentos que deem resposta às necessidades educativas das crianças e jovens.
- Propor medidas Universais, Seletivas e Adicionais aos alunos com Necessidades Educativas e Necessidades de Saúde Especiais, a fim de melhorar a sua performance em contexto de aprendizagem.
- Elaborar o relatório técnico-pedagógico previsto na lei e, se aplicável, o programa educativo individual e o plano individual de transição, de acordo com a legislação em vigor;
- Elaborar, quando necessário, o Plano Educativo Individual (PEI) e o Plano Individual de Transição (PIT);
- Colaborar com os docentes da turma na construção e avaliação de programas educativos.

- Formar e sensibilizar os auxiliares de ação educativa a fim de contribuírem eficazmente para uma integração positiva dos alunos.
- Colaborar, conjuntamente com os órgãos de gestão e orientação pedagógica, na identificação das necessidades de formação dos docentes no sentido da promoção de uma pedagogia diferenciada.
- Acompanhar o funcionamento do centro de apoio à aprendizagem.

3.3.4.3. Centro de Apoio à Aprendizagem

A escola possui um centro de apoio à aprendizagem, uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola.

O centro de apoio à aprendizagem, em colaboração com os demais serviços e estruturas da escola, tem como objetivos gerais:

- Apoiar a inclusão das crianças e jovens no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo;
- Promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar;
- Promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma.

Constituem objetivos específicos do centro de apoio à aprendizagem:

- Promover a qualidade da participação dos alunos nas atividades da turma a que pertencem e nos demais contextos de aprendizagem;

- Apoiar os docentes do grupo ou turma a que os alunos pertencem;
- Apoiar a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo;
- Desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar;
- Promover a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da aprendizagem;
- Apoiar a organização do processo de transição para a vida pós-escolar. O centro de apoio à aprendizagem funciona num espaço específico – sala do CAA – apetrechada com os recursos considerados necessários.

3.3.5. Apoios Educativos

3.3.5.1. Apoios enquadrados no Decreto-lei nº 54/2018 de 6 de julho

A escola aposta numa educação inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social e do seu sucesso.

No centro da atividade da escola estão o currículo e as aprendizagens dos alunos. Mesmo nos casos em que se identificam maiores dificuldades de participação no currículo, cabe a cada escola definir o processo no qual identifica as barreiras à aprendizagem com que o aluno se confronta, apostando na diversidade de estratégias

para as ultrapassar, de modo a assegurar que cada aluno tenha acesso ao currículo e às aprendizagens, levando todos e cada um ao limite das suas potencialidades, ao seu sucesso.

Defende-se uma abordagem multinível que se baseie em modelos curriculares flexíveis, no acompanhamento e monitorização sistemáticas da eficácia do contínuo das intervenções implementadas, no diálogo dos docentes com os pais ou encarregados de educação e na opção por medidas de apoio à aprendizagem, organizadas em diferentes níveis de intervenção, de acordo com as respostas educativas necessárias para cada aluno adquirir uma base comum de competências, valorizando as suas potencialidades e interesses.

3.3.5.2. Medidas de promoção do sucesso escolar

Os Conselhos de Turma do Ensino Básico e Secundário elaboram planos de atividades de acompanhamento pedagógico, integrados nos planos curriculares de grupo/turma, orientados para a turma ou individualizados, com medidas adequadas aos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos. Estes planos são avaliados de forma contínua, participada e, sempre que necessário, em articulação com outros técnicos da educação e contacto regular com os Encarregados de Educação.

3.4. Plano Anual de Atividades

O Plano Anual de Atividades dará expressão às diferentes atividades das turmas, grupos de turmas, grupos disciplinares, grupos de trabalho, órgãos da escola.

Tendo em conta que qualquer atividade desenvolvida com os alunos, ou para os alunos, faz parte integrante do seu currículo, aquando da sua proposta deverá considerar-se: os objetivos a atingir, os recursos materiais e humanos necessários, data de realização, destinatários e a avaliação da mesma.

O Plano Anual de Atividades é aprovado anualmente pelo Conselho Pedagógico.

3.5. Outros aspetos organizacionais

3.5.1. Critérios Gerais de Organização das turmas

A formação das turmas (tal como a organização dos horários) tem como pressuposto a criação de condições de igualdade para todos os alunos, ao longo do seu percurso escolar, procurando viabilizar as opções individuais em termos curriculares. No Ensino Secundário é utilizado um critério instrumental, ou seja, por opções curriculares. No caso de existirem várias turmas da mesma opção, os alunos são distribuídos de forma heterogénea em termos de nível académico. No Ensino Básico as turmas do ano inicial são constituídas de forma a que cada uma apresente características heterogéneas em termos académicos e seja equilibrada no que respeita ao género e à idade. Em ambos os níveis de escolaridade e nos anos de sequência vigora o critério da continuidade. Tendo por base a legislação em vigor, procura-se que o número de alunos por turma não ultrapasse os 28 alunos, dando, no entanto, prioridade à manutenção dos grupos/turmas que já estão formados.

3.5.2. Gestão do tempo escolar e organização dos horários das turmas

A organização dos horários pretendem responder à necessidade das famílias terem os seus filhos/educandos em segurança durante parte substancial do dia em que os pais/EE se encontram a exercer a sua atividade profissional. Os horários escolares são organizados privilegiando a ocupação diária de pelo menos parte dos dois períodos (manhã e tarde).

As indicações específicas para a elaboração dos horários encontram-se em anexo ao presente documento.

3.5.3. Ocupação dos tempos escolares dos alunos

A escola organiza e proporciona atividades educativas aos alunos que asseguram a ocupação plena de todos os tempos escolares. Assim, e de forma a operacionalizar estas atividades, elabora-se anualmente um mapa de substituições (componente não letiva). Para uma melhor orientação dessas atividades, os respetivos Coordenadores, possuem um dossier com diverso material didático/pedagógico que facultam ao professor substituto no caso de ausência do professor titular da disciplina.

Para além deste esforço de organização de atividades que concorrem para a melhoria dos resultados dos alunos, a escola aposta ainda em outras medidas de compensação das faltas dos professores, nomeadamente:

- A existência de mecanismos de permuta interna de serviço entre docentes, quer a nível do Conselho de Turma, quer em cada departamento e grupo disciplinar, procurando rentabilizar os recursos, com benefício para professores e alunos;

- A mobilização dos docentes disponíveis, de modo a garantir a continuidade curricular, sempre que possível, e rentabilizando o tempo em função das atividades a executar;
- A constituição de equipas pedagógicas que organizem o seu trabalho escolar em torno da resposta às necessidades educativas dos alunos, em função do seu nível etário e ano de escolaridade;
- A coresponsabilização do departamento no processo, garantindo a reflexão, análise e promoção das condições pedagógicas necessárias ao desenvolvimento deste processo e à preparação e acompanhamento das atividades a executar.
- Quando não for possível assegurar a ocupação dos alunos com a realização de atividades letivas, nas condições anteriores, aproveita-se os recursos disponíveis, nomeadamente os espaços vocacionados para o apoio à componente curricular, o Centro de recursos/Biblioteca e os clubes, para proporcionar aos alunos outras atividades educativas, para a substituição das aulas, que, em situação de exceção, responda às ausências imprevistas.

O objetivo será, sempre, que os tempos registados no horário do aluno sejam prioritariamente preenchidos com a realização de atividades letivas e que, até ao final do ano, em cada turma, sejam efetivamente lecionadas as aulas previstas para cada disciplina de forma a que as aprendizagens sejam uma realidade.

4. Formas de Organização Curricular

4.1. Ensino Básico

No ano letivo 2025/2026, 112 alunos frequentam o 2º Ciclo e 168, o 3º Ciclo.

Desenhos Curriculares do 2º Ciclo

	5º Ano	6º Ano
DISCIPLINA	Carga horária semanal (x90m)	Carga horária semanal (x90m)
Língua Portuguesa	2,5	2,5
História e Geografia de Portugal	1,5	1,5
Língua Estrangeira I Inglês	1,5	1,5
Matemática	3	3
Ciências da Natureza	1,5	1,5
Educação Visual	1	1
Educação Tecnológica a)	0,5	0,5
Educação Musical	1	1
TIC a)	0,5	0,5
Educação Física	1,5	1,5
Cidadania e Desenvolvimento	0,5	0,5
Total 1	15/1350 min	15/1350 min
Educação Moral Religiosa e Católica	0,5	0,5
Estudo	1	1
Total 2	16,5/1485 min	16,5/1485 min

a) *Disciplinas em articulação semestral*

Desenhos Curriculares do 3º Ciclo

	7º Ano	8º Ano	9º Ano
DISCIPLINA	Carga horária semanal (x90m)	Carga horária semanal (x90m)	Carga horária semanal (x90m)
Língua Portuguesa	2	2,5	2,5
Língua Estrangeira I - Inglês	1,5	1,5	1,5
Língua Estrangeira II - Francês	1,5	1	1
História	1,5	1 a)	1 a)
Geografia	1	1 a)	1 a)
Matemática	2	2,5	2,5
Ciências Naturais	1,5	1,5	1,5
Físico-Química	1,5	1,5	1,5
Educação Visual	1	1	1
TIC	0,5 b)	0,5 b)	0,5 b)
ET-Robótica	0,5 b)	0,5 b)	0,5 b)
Educação Física	2	2	2
Cidadania e Desenvolvimento	0,5	0,5	0,5
Total 1	17/1530 min	17/1530 min	17/1530 min
Educação Moral Religiosa e Católica	0,5	0,5	0,5
Total 2	17,5/1575 min	17,5/1575 min	17,5/1575 min

a) Disciplinas em articulação semestral

b) Disciplinas em articulação semestral

Nota: em 2020/2021 iniciou-se no 9º ano uma área não curricular que denominamos Competências Práticas para a Vida.

4.2. Ensino Secundário

A Escola pretende dar resposta, de forma inovadora, às necessidades do mercado de trabalho do meio onde se encontra inserida. Esta atitude reflete-se na oferta educativa facultando aos alunos cursos de prosseguimento de estudos e cursos profissionais. 398 alunos frequentam o Ensino Secundário (incluído o ensino profissional) no ano letivo 2025/2026.

Plano de Estudos do Ensino Secundário

Componentes de Formação		C. Ciências e Tecnologias (opção 1)						
		10º Ano	CHS x 90m	11º Ano	CHS x 90m	12º Ano	CHS x 90m	
Geral	Cidadania e Desenvolvimento a)	Português	2	Português	2	Português	3	
		L. Estrangeira I ou II	2	L. Estrangeira I ou II	2			
		Filosofia	2	Filosofia	2			
		Educ. Física	2	Educ. Física	2	Educ. Física	2	
Específica		Matemática A	3	Matemática A	3	Matemática A	3	
		Física e Química A	3,5	Física e Química A	3,5	Biologia	2	
		Biologia e Geologia	3,5	Biologia e Geologia	3,5	Química	2	
		EMRC	1	EMR	1	EMR	0.5	
Total x 90 m			19		19		12.5	

Componentes de Formação		C. Ciências e Tecnologias (opção 2)						
		10º Ano	CHS x 90m	11º Ano	CHS x 90m	12º Ano	CHS x 90m	
Geral	Cidadania e Desenvolvimento a)	Português	2	Português	2	Português	3	
		L. Estrangeira I ou II	2	L. Estrangeira I ou II	2			
		Filosofia	2	Filosofia	2			
		Educ. Física	2	Educ. Física	2	Educ. Física	2	
Específica		Matemática A	3	Matemática A	3	Matemática A	3	
		Física e Química A	3,5	Física e Química A	3,5	Física ou Química	2	
		Geometria Desc. A	3	Geometria Desc. A	3	Aplic. Inf B	2	
		EMR	1	EMR	1	EMR	0.5	
Total x 90 m			18,5		18,5		12.5	

		C. Ciências Socioeconómicas					
Componentes de Formação		10º Ano	CHS x 90m	11º Ano	CHS x 90m	12º Ano	CHS x 90m
Geral	Cidadania e Desenvolvimento a)	Português	2	Português	2	Português	3
		L. Estrangeira I ou II	2	L. Estrangeira I ou II	2		
		Filosofia	2	Filosofia	2		
		Educ. Física	2	Educ. Física	2	Educ. Física	2
Específica		Matemática A	3	Matemática A	3	Matemática A	3
		Economia A	3	Economia A	3	Sociologia	2
		Geografia A	3	Geografia A	3	C. Política	2
			EMR	1	EMR	1	EMR
Total x 90 m			18		18		12.5

		C. Línguas e Humanidades					
Componentes de Formação		10º Ano	CHS x 90m	11º Ano	CHS x 90m	12º Ano	CHS x 90m
Geral	Cidadania e Desenvolvimento a)	Português	2	Português	2	Português	3
		L. Estrangeira I ou II	2	L. Estrangeira I ou II	2		
		Filosofia	2	Filosofia	2		
		Educ. Física	2	Educ. Física	2	Educ. Física	2
Específica		História A	3	História A	3	História A	3
		Matemática Aplicada às Ciências Sociais	3	Matemática Aplicada às Ciências Sociais	3	Sociologia	2
		Geografia A	3	Geografia A	3	C. Política	2
			EMR	1	EMR	1	EMR
Total x 90 m			18		18		12.5

4.3. Formação Profissional

No processo de modernização e adaptação qualitativa do sistema educativo, importa realçar que o mesmo deverá contribuir para a inovação e promoção da igualdade de oportunidades.

A promoção do sucesso educativo deverá visar a aquisição e desenvolvimento de competências pessoais e sociais, melhorando deste modo as capacidades para a futura inserção profissional.

Assim, da nossa experiência, fica retida a necessidade de existência de alternativas formativas ao nível técnico profissional, para que se responda de uma forma mais ajustada ao meio envolvente.

No seguimento do efetuado em anos anteriores continuará esta escola a permitir aos seus alunos, à restante comunidade escolar local e a jovens que tendo abandonado o sistema de ensino/formação pretendam tornar a optar pelo mesmo, o acesso a formas o mais diversificadas possíveis (ensino regular, recorrente, tecnológico, profissional e outros).

Dentro destes subsistemas de ensino/formação continuamos a considerar a formação profissional o que melhor responde às necessidades e expectativas dos jovens (entre os 15 e os 25 anos) desiludidos com o ensino “mais formal” ou com forte motivação para ingressar na vida ativa.

Assim pretende-se no presente ano dar continuidade às áreas e cursos iniciados nos anos anteriores (Técnico de Multimédia, Técnico de Eletrónica e Computadores, Técnico Comercial, Técnico Auxiliar de Farmácia, Bombeiro/a) e iniciar o curso de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva. 115 alunos frequentam o Ensino Profissional de nível IV no presente ano letivo.

Referenciais de Formação

C. PROFISSIONAL DE MULTIMÉDIA								
Componentes de Formação		Carga horária (x 90m)						
		10º Ano	bl / sem	11º Ano	bl / sem	12º Ano	bl / sem	Total
Sociocultural	Português	72	2	72	2	69	2	213
	Língua Estrangeira I, II ou III	74	2	73	2	0	0	147
	Área de Integração	74	2	73	2	0	0	147
	Educação Física	35	1	35	1	24	1	94
	Tecnologias da Informação e Comunicação	67	2	0		0		67
	Subtotal	<u>322</u>	-	<u>253</u>	-	<u>93</u>	-	<u>668</u>
Científica	História e Cultura das Artes	70	2	35	1	29	1	134
	Matemática	35	1	35	1	64	2	134
	Física	0		35	1	32	1	67
	Subtotal	<u>105</u>	-	<u>105</u>	-	<u>125</u>	-	<u>335</u>
Técnica	FT1 – (Sistemas de Informação)	100	3	100	3	67	2	267
	FT2 – (Design, Comunicação e Áudio Visuais)	67	2	67	2	67	2	201
	FT3 – (Técnicas de Multimédia)	100	3	67	2	100	3	267
	Formação em Contexto de Trabalho	0	0	133	4	267	7	400
	Subtotal	<u>267</u>	-	<u>367</u>	-	<u>501</u>	-	<u>1135</u>
Total		694	20,0	725	21,0	719	21,0	2138

C. PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE ELETRÓNICA, AUTOMAÇÃO E COMPUTADORES								
Componentes de Formação		Carga horária (x 90m)						
		10º Ano	bl / sem	11º Ano	bl / sem	12º Ano	bl / sem	Total
Sociocultural	Português	72	2	72	2	70	2	214
	Língua Estrangeira I, II ou III	74	2	73	2	0	0	147
	Área de Integração	74	2	73	2	0	0	147
	Educação Física	35	1	35	1	24	1	94
	Tecnologias da Informação e Comunicação	67	2	0	-	0	-	67
	Subtotal	<u>322</u>	-	<u>253</u>	-	<u>94</u>	-	<u>669</u>

Científica	Matemática	67	2	66	2	67	2	200
	Físico-química	40	1,5	40	1,5	53	1,5	133
	Subtotal	<u>107</u>	-	<u>106</u>	-	<u>120</u>	-	<u>333</u>
Técnica	Formação tecnológica I	67	2	67	2	0	0	134
	Formação tecnológica II	133	4	67	2	100	3	300
	Formação tecnológica III	50	1,5	83	2,5	50	1,5	183
	Formação tecnológica IV	50	1,5	50	1,5	83	3	183
	Formação em Contexto de Trabalho	0	0	133	3,5	267	7	400
	Subtotal	<u>300</u>	-	<u>400</u>	-	<u>500</u>	-	<u>1200</u>
Total		728	21,5	758	22,0	714	19,5	2200

C. PROFISSIONAL DE TÉCNICO COMERCIAL								
Componentes de Formação		Carga horária (x 90m)						
		10º Ano	bl / sem	11º Ano	bl / sem	12º Ano	bl / sem	Total
Sociocultural	Português	72	2	72	2	69	2	213
	Língua Estrangeira I, II ou III	74	2	73	2	0	0	147
	Área de Integração	74	2	73	2	0	0	147
	Educação Física	35	1	35	1	24	1	94
	Tecnologias da Informação e Comunicação	67	2	0		0		67
	Subtotal	<u>322</u>	-	<u>253</u>	-	<u>93</u>	-	<u>668</u>
Científica	Matemática	67	2	67	2	63	2	133
	Economia	49	2	49	2	35	1	133
	Subtotal	<u>116</u>	-	<u>116</u>	-	<u>98</u>	-	<u>330</u>
Técnica	Formação Tecnológica I	67	2	67	2	67	2	201
	Formação Tecnológica II	83	3	83	3	83	3	249
	Formação Tecnológica III	100	3	67	2	67	2	234
	Formação em Contexto de Trabalho	0	0	133	4	267	7	400
	Subtotal	<u>250</u>	-	<u>350</u>	-	<u>484</u>	-	<u>1084</u>
Total		688	21	719	22,0	675	20,0	2082

C. PROFISSIONAL DE TÉCNICO AUXILIAR DE FARMÁCIA								
Componentes de Formação		Carga horária (x 90m)						Total
		10º Ano	bl / sem	11º Ano	bl / sem	12º Ano	bl / sem	
Sociocultural	Português	72	2	72	2	69	2	213
	Língua Estrangeira I, II ou III	74	2	73	2	0	0	147
	Área de Integração	74	2	73	2	0	0	147
	Educação Física	35	1	35	1	24	1	94
	Tecnologias da Informação e Comunicação	67	2	0		0		67
	Subtotal	<u>322</u>	-	<u>253</u>	-	<u>93</u>	-	<u>668</u>
Científica	Matemática	33	1	17	1	17	1	67
	Física e Química	33	1	50	2	50	2	133
	Biologia e Geologia	33	1	33	1	33	1	99
	Subtotal	<u>99</u>	-	<u>100</u>	-	<u>100</u>	-	<u>299</u>
Técnica	Formação Tecnológica I	117	4	100	2	83	3	300
	Formação Tecnológica II	100	3	67	2	67	2	234
	Formação Tecnológica III	67	2	83	2	67	2	217
	Formação em Contexto de Trabalho	0	0	133	4	267	7	400
	Subtotal	<u>284</u>	-	<u>383</u>	-	<u>484</u>	-	<u>1151</u>
Total		705	21	736	21,0	677	21,0	2118

C. PROFISSIONAL DE BOMBEIRO/A								
Componentes de Formação		Carga horária (x 90m)						Total
		10º Ano	bl / sem	11º Ano	bl / sem	12º Ano	bl / sem	
Sociocultural	Português	72	2	72	2	69	2	213
	Língua Estrangeira I, II ou III	74	2	73	2	0	0	147
	Área de Integração	74	2	73	2	0	0	147
	Educação Física	35	1	35	1	24	1	94
	Tecnologias da Informação e Comunicação	67	2	0		0		67
	Subtotal	<u>322</u>	-	<u>253</u>	-	<u>93</u>	-	<u>668</u>
Científica	Matemática	50	2	50	2	34	1	134
	Físico Química	34	1	33	1	33	1	100

	Biologia e Geologia	33	1	33	1	34	1	100
	Subtotal	<u>117</u>	-	<u>116</u>	-	<u>101</u>	-	<u>334</u>
Técnica	Formação tecnológica I	200	6	100	3	0	0	300
	Formação tecnológica II	50	2	100	3	117	4	267
	Formação tecnológica III	0	0	0	0	100	3	100
	Formação em Contexto de Trabalho	0	0	133	4	267	7	400
	Subtotal	<u>250</u>	-	<u>333</u>	-	<u>484</u>	-	<u>1067</u>
Total		689	19	702	22,0	678	20,0	2069

C. PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE APOIO À GESTÃO DESPORTIVA								
Componentes de Formação		Carga horária (x 90m)						
		10º Ano	bl / sem	11º Ano	bl / sem	12º Ano	bl / sem	Total
Sociocultural	Português	72	2	72	2	70	2	214
	Língua Estrangeira I, II ou III	74	2	73	2	0	0	147
	Área de Integração	74	2	73	2	0	0	147
	Educação Física	35	1	35	1	24	1	94
	Tecnologias da Informação e Comunicação	67	2	0	-	0	-	67
	Subtotal	<u>322</u>	-	<u>253</u>	-	<u>94</u>	-	<u>669</u>
Científica	Estudo de Movimento	33	1,5	17	1	17	1	67
	Matemática	50	2	66	2	33	1.5	133
	Psicologia	50	2	40	1,5	33	1.5	133
	Subtotal	<u>133</u>	-	<u>106</u>	-	<u>83</u>	-	<u>333</u>
Técnica	Formação tecnológica I	67	2	67	2	100	3	233
	Formação tecnológica II	83	3	67	2	67	2	217
	Formação tecnológica III	67	2	50	2	66	2	183
	Formação tecnológica IV	67	2	50	2	50	2	167
	Formação em Contexto de Trabalho	0	0	133	3.5	267	7	400
	Subtotal	<u>284</u>	-	<u>367</u>	-	<u>551</u>	-	<u>1200</u>
Total		739	23,5	726	22,0	728	23	2200

Em todos os cursos é desenvolvida a disciplina de cidadania e desenvolvimento, numa articulação horizontal. É oferecida a disciplina de EMRC com uma carga total de 81 horas.

4.4. Cidadania e desenvolvimento

No âmbito da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, foi criada a componente de Cidadania e Desenvolvimento, cabendo à escola aprovar a sua estratégia para desenvolvimento desta componente. Assim foi definido:

1. Plano de ação

1.1. Organização dos domínios a abordar no 2º e 3º ciclos:

APRENDIZAGENS ESPERADAS	DOMÍNIOS		TEMAS	METODOLOGIAS
	2.º CICLO	3.º CICLO		
<ul style="list-style-type: none"> - Conceção de uma cidadania ativa e responsável - Promoção de uma cultura democrática e inclusiva - Desenvolvimento de competências que visem a melhoria das capacidades sociais e o diálogo intercultural 	<ul style="list-style-type: none"> - Direitos Humanos - Igualdade de Género - Interculturalidade - Desenvolvimento sustentável - Educação ambiental - Saúde - Literacia financeira e educação para o consumo - Media - Segurança Rodoviária - Sexualidade - Instituições e participação democrática - Voluntariado 	<ul style="list-style-type: none"> - Direitos Humanos - Igualdade de Género - Interculturalidade - Desenvolvimento sustentável - Educação ambiental - Saúde - Literacia financeira e educação para o consumo - Media - Segurança Rodoviária - Sexualidade - Instituições e participação democrática - Mundo do Trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> - Os Direitos da Criança - O combate à discriminação - A convivência intercultural - A violência - O impacte das alterações climáticas - Alimentação e atividade física - O mundo das profissões - Globalização - As dependências - As consequências sociais dos acidentes rodoviários, ... 	<ul style="list-style-type: none"> - Debates / Fóruns de discussão - Pesquisa e tratamento da informação - Saída de campo - Produção de flyers - Organização de exposições - Organização de entrevistas, palestras, - Grelhas de observação, - Produção de relatórios e notícias, ...
METAS	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a cooperação para prevenir, resolver e mediar conflitos. - Capacitar para a adoção de comportamentos responsáveis. - Promover a participação regular em debates, de forma que os alunos aprendam a respeitar as regras do debate democrático, fundamentando as suas opiniões e respeitando as dos outros. - Contribuir para a melhoria dos resultados escolares dos alunos. - Possibilitar aos alunos a análise crítica do seu desempenho, mediante a utilização regular de instrumentos de autorregulação das suas aprendizagens, capacidade e atitudes. 			

1.2. Organização dos domínios a abordar no ensino secundário:

APRENDIZAGENS ESPERADAS	DOMÍNIOS	TEMAS / PROJETOS A DESENVOLVER	METODOLOGIAS
Competências inerentes a uma cultura democrática: - Atitude cívica e crítica individual - Relacionamento interpessoal (comunicação e do diálogo) - Relacionamento social e intercultural (desenvolvimento humano sustentável, globalização e interdependência, paz e gestão de conflitos)	- Desenvolvimento sustentável - Direitos Humanos - Interculturalidade - Igualdade de Género - Saúde - Educação ambiental - Empreendedorismo social - Mundo do trabalho	Ciência, tecnologia e desenvolvimento na próxima década Desastres naturais e preservação do planeta Alterações climáticas e ambientais Inteligência artificial, robótica Energias renováveis e proteção da vida Energias renováveis e acessíveis Proteção da vida marinha Reduzir as desigualdades Racismo, género e educação Crenças, estereótipos, preconceitos e discriminação Igualdade de género Direitos vs deveres	- Pesquisa/tratamento da informação - Debates/Fóruns de discussão - Produção de <i>flyers</i> - Exposições - Entrevistas/palestras - Grelhas observação - Produção relatórios - Artigos de opinião

Nota: O cronograma da disciplina de Cidadania e desenvolvimento e dos projetos interdisciplinares (DAC), encontra-se em anexo ao presente documento.

4.5. Disciplinas de oferta complementar

No sentido de atingir o que nos propomos no PEE (fortes competências nas áreas tecnológicas), não sendo uma disciplina de oferta complementar, pois é de oferta obrigatória, mas não deixando de ser uma disciplina que confere identidade própria à escola, a disciplina de complemento à educação artística, do 3º ciclo, é desenvolvida como disciplina de educação tecnológica/robótica.

4.6. Educação inclusiva

A Educação inclusiva pretende contribuir para a igualdade de oportunidades e de sucesso educativo de todos os alunos, promovendo a existência de respostas pedagógicas diversificadas adequadas às suas necessidades específicas e ao seu desenvolvimento global.

É necessário que a escola respeite as diferenças e as tenha em conta nas diversas situações de ensino-aprendizagem, caso contrário, corre o risco de as transformar em desigualdades de aprendizagem e de sucesso. Esta realidade conduz a uma outra conceção de organização escolar que ultrapassa a via da uniformidade e que reconhece a diferença considerando, assim, a diversidade como um aspeto enriquecedor da própria comunidade.

A educação inclusiva pretende responder às potencialidades de cada aluno, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade.

4.6.1. Recursos específicos de apoio à educação inclusiva

- Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), orienta o processo de identificação das medidas, o acompanhamento e a monitorização da eficácia dessas medidas, reforçando o envolvimento de todos os intervenientes (docentes, técnicos, pais/encarregados de educação, o próprio aluno e outros parceiros).
- Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), é considerado uma estrutura de apoio, agregadora dos recursos humanos e materiais, transformando-se num

espaço dinâmico valorizando os saberes e competências de todos. A EMAEI acompanha o funcionamento do CAA.

- Docente de Educação Especial, no âmbito da sua especialidade, apoia, de modo colaborativo e numa lógica de corresponsabilização, os demais docentes do(s) aluno(s) na definição de estratégias de diferenciação pedagógica, no reforço das aprendizagens e na identificação de múltiplos meios de motivação, representação e expressão, de acordo com o Desenho Universal da Aprendizagem.
- Outros técnicos especializados.

4.6.2. Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

As medidas de suporte são organizadas em três níveis de intervenção:

- **Universais**, correspondem às respostas educativas que a escola tem disponíveis para todos os alunos com objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens. Temos entre outras:
 - a) A diferenciação pedagógica;
 - b) As acomodações curriculares;
 - c) O enriquecimento curricular;
 - d) A promoção do comportamento pró-social;
 - e) A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.

- **Seletivas**, visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais. Consideram-se medidas seletivas:
 - a) Os percursos curriculares diferenciados;
 - b) As adaptações curriculares não significativas;
 - c) O apoio psicopedagógico;
 - d) A antecipação e o reforço das aprendizagens;
 - e) O apoio tutorial.

- **Adicionais**, visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão.

A mobilização das medidas adicionais depende da demonstração da insuficiência das medidas universais e seletivas. Consideram -se medidas adicionais:

- a) A frequência do ano de escolaridade por disciplinas;
- b) As adaptações curriculares significativas;
- c) O plano individual de transição;
- d) O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado;
- e) O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

4.6.2.1. Diferenciação Pedagógica

Sendo a diferenciação pedagógica uma das medidas universais, pela sua relevância e frequência, permitimo-nos desenvolver neste PCE um pouco mais das mesmas:

Sendo de aceitação universal, pela comunidade educativa, de que é necessário que a escola respeite as diferenças e as tenha em conta nas diversas situações de ensino-aprendizagem, caso contrário, corre o risco de as transformar em desigualdades de aprendizagem e de sucesso. Esta realidade conduz a uma outra conceção de organização escolar que ultrapassa a via da uniformidade e que reconhece a diferença considerando, assim, a diversidade como um aspeto enriquecedor da própria comunidade.

A diferenciação pedagógica é sempre desejável e possível, tendo em conta que os alunos não têm todos o mesmo passado escolar, o mesmo meio familiar, as mesmas aptidões/capacidades ou mesmo objetivos e porque a escola não deverá ser massificadora, mas sim respeitar o ritmo de cada um.

Desta forma, a diferenciação pedagógica assume enorme importância, não só para que todos os alunos atinjam no final de ciclo o perfil exigido a nível das competências, mas também para que a Escola e os professores possam fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que os alunos atinjam o sucesso.

A diferença é assim um dos fatores a ter em conta na ação da Escola e dos professores. Deste modo, a Escola deve criar condições para que os alunos tenham tempos, espaços e recursos materiais que melhor permitam as suas aprendizagens; por outro lado, os professores devem refletir e procurar soluções capazes de responder às situações de desadaptação, às diferenças de comportamento e aos diversos ritmos de compreensão e aprendizagem no contexto turma. Sendo assim, deverá a Escola assegurar que cada grupo-turma não possua mais do que o número mínimo de alunos estabelecido por lei para que o professor possa atender às necessidades de cada um.

As medidas de Diferenciação regularmente proporcionadas pela Escola são:

Sala de aula

É desejável que o professor adapte o seu grau de exigência, estratégias e conteúdos ao perfil da turma. Deverá, com os alunos, estabelecer regras de funcionamento que permitam a existência de um clima de trabalho adequado, de modo a desenvolver um conjunto de atividades diferenciadas. Estas podem ser desenvolvidas individualmente ou em grupo. Deverá garantir que todos os alunos estejam ocupados quando se presta atenção especial a alguns. Poderá implementar: trabalho individual; dinâmica pares/grupos; diálogo vertical e horizontal; jogos didáticos; visionamento de vídeos, brainstorming, pesquisa, assembleia.

Apoio Educativo

- Apoio Pedagógico

A prática pedagógica tem demonstrado que o recurso a metodologias e estratégias diversificadas, em contexto de sala de aula, permitem sistematizar e consolidar conteúdos, contribuindo para melhorar significativamente o aproveitamento dos alunos. O CEF proporciona apoio adicional e individualizado, ajustado às especificidades dos mesmos, como forma de desenvolver as aprendizagens e competências, nas diversas disciplinas que compõem o desenho curricular. Estes apoios são implementados em todos os níveis dos 2º, 3º Ciclos e Secundário, de forma a colmatar lacunas inerentes ao processo de ensino e de aprendizagem e preparar os alunos para os exames nacionais.

Neste sentido, cada grupo de alunos beneficiará de aulas de apoio pedagógico, a partir das avaliações intercalares do 1º semestre e/ou das avaliações de final do 1º semestre.

- Apoio a alunos oriundos do estrangeiro

O apoio específico à língua portuguesa, facultado aos alunos oriundos de países estrangeiros, pretende facilitar a sua integração na comunidade local, melhorar a comunicação e a utilização da língua Portuguesa em diferentes áreas do saber e do quotidiano dos alunos. A Escola disponibiliza apoio individualizado aos alunos de acordo com as necessidades identificadas pelo Conselho de Turma e registadas nos Planos de Turma.

- Sala de Estudo

Este espaço surgiu da necessidade de gerir o tempo livre dos alunos enquanto esperam pelo início das aulas no turno da manhã e pelos transportes escolares ou da família no turno da tarde. As atividades pedagógicas, dinamizadas com o apoio dos professores, servirão de complemento ao estudo dos conteúdos e possibilitarão o desenvolvimento de hábitos e métodos de trabalho, bem como a autonomia, a responsabilidade e a socialização.

- Programa de Mentorias

O programa de mentorias entre pares, visa promover as competências de relacionamento pessoal, interpessoal e académico, procurando que os alunos adequem os seus comportamentos em contexto de cooperação, partilha e colaboração e que sejam capazes de interagir com tolerância, empatia e responsabilidade, tal como preceituado no documento Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

No contexto do Plano de Atuação para o presente ano letivo, o programa de mentoria pretende que o mentor acompanhe o mentorando no desenvolvimento das aprendizagens, no esclarecimento de dúvidas, na integração escolar, na preparação para os momentos de avaliação e em outras atividades conducentes à melhoria dos resultados escolares, individuais e de grupo.

Equipa Multidisciplinar e Multilingue

A criação de uma equipa multilingue e multidisciplinar visa a definição e aplicação de metodologias de aprendizagens, que fomentem, de forma faseada, o domínio progressivo da língua portuguesa por parte dos alunos que não têm o português como língua materna.

Esta equipa, composta por professores de línguas e psicólogo, deverá recolher junto dos professores do Conselho de Turma os resultados da avaliação diagnóstica em cada disciplina, definir um plano de integração curricular e fazer a ligação entre os vários elementos da comunidade educativa, acompanhando a integração do aluno e disponibilizando informação a todos os elementos, sempre que solicitada.

Em conformidade com o Quadro Europeu Comum de Referência (Q.E.C.R.), prevê-se a existência de vários grupos de nível de proficiência (G.N.P.) aos quais serão proporcionadas aulas de apoio pedagógico a Português. A carga horária semanal será fixa, incluída no horário do aluno e definida pelos órgãos de gestão da escola. Qualquer aluno, de acordo com o seu progresso, poderá transitar de nível em qualquer altura do ano.

Os alunos deverão possuir um *portfolio* que apresente o registo das competências adquiridas em língua portuguesa, de forma a constituir um instrumento

de comunicação e facilitar a continuidade das aprendizagens noutra escola.

5. Atividades de Enriquecimento Curricular

No âmbito das atividades de enriquecimento, destacamos o Desporto Escolar e os Clubes, que visam um equilibrado desenvolvimento físico, a promoção da realização pessoal e comunitária dos alunos, contribuindo assim para a formação integral do discente como futuro cidadão autónomo e interventivo.

No presente ano letivo funcionam as seguintes atividades de enriquecimento curricular:

- Desporto Escolar;
- Clube de Leitura;
- Clube Agir Europa;
- Clube de Francês;
- Clube de EcoCiência;
- Eco-Escola;
- Clube de Matemática;
- Clube de Solidariedade;
- Clube de Robótica, Algoritmia e Programação;
- Competências Práticas para a Vida;
- Inov'Arte;

- Clube de Xadrez.

6. Parcerias e Iniciativas junto da Comunidade

Apresentam-se algumas atividades lúdico-pedagógicas que a escola pretende levar a efeito, em parceria com instituições regionais e nacionais.

Neste contexto, destacam-se as seguintes:

- Visitas a Instituições de Solidariedade Social;
- Atividades do Desporto Escolar;
- Protocolos com associações desportivas;
- Generalização da natação às escolas do 1º Ciclo de Fátima, em parceria com a Câmara Municipal de Ourém;
- Articulação com os Centros de Saúde no que concerne ao desenvolvimento de ações conducentes à proteção e promoção da saúde global, de acordo com o estabelecido no Ofício-Circular n.º69, de 20 de Outubro de 2006.
- Cedência de instalações desportivas e outras a escolas, clubes e associações da cidade (BVF, GNR, CDF, B-Ballet, Clube de empresários, outros).
- Cedência do auditório e técnicos para dinamizações culturais de associações do concelho e limítrofes.
- Apoio aos peregrinos, parceria com o Santuário de Fátima.

7. Avaliação

7.1. Enquadramento

A avaliação no CEF está enquadrada pelo Referencial de Avaliação, documento este que foi construído de forma a desenvolver o Perfil das Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, as Aprendizagens Essenciais de cada disciplina, assim como os Perfis Profissionais e Referenciais de Formação associados às respetivas qualificações constantes no CNQ, para a EFP.

Encontra-se dividido em quatro pontos:

- I. Política de avaliação da escola.
- II. Critérios de avaliação.
- III. Ponderação por domínios.
- IV. Política de classificação da escola.

O referencial de avaliação do CEF assume-se assim como o documento que orienta obviamente a avaliação e classificação dos alunos mas que condiciona também as metodologias e práticas letivas.

Operacionalização dos critérios de Avaliação

No início de cada ano letivo, o Conselho Pedagógico aprovará os critérios de Avaliação para cada Ciclo e Ano Curricular sob proposta dos Departamentos Curriculares.

Estes critérios constituem referências comuns no interior da escola, sendo operacionalizados pelo Conselho de Turma no âmbito do Plano de Turma.

No final de cada período letivo o Conselho de Turma reunirá para proceder à avaliação sumativa interna de cada aluno da turma. Neste conselho, cada professor propondrá um nível que reflita um juízo globalizante sobre o desenvolvimento dos conhecimentos, competências, capacidades e atitudes de cada aluno.

O Conselho de Turma deve adotar um critério uniforme no caso dos alunos que possam não ser avaliados por falta de elementos. Nestes casos, será atribuída uma alínea correspondente à situação observada.

No Conselho de Turma de final de ano letivo, o mesmo terá de se pronunciar sobre a transição ou retenção do aluno. Para levar a cabo esta tarefa, deverá ter em conta os critérios de transição neste documento explicitados (*vide* Parte II, Cap.7.3). No entanto, e salvo casos especiais, o Conselho de Turma para se pronunciar sobre a transição ou não do aluno poderá ter em consideração os seguintes fatores:

- Idade - desfasamento entre a idade cronológica e a idade de frequência;
- Interesse - demonstrado pelas atividades realizadas nas aulas;
- Assiduidade - ser assíduo às aulas e às atividades propostas;
- Outros interesses considerados válidos mas divergentes dos escolares.

Em qualquer situação, o Conselho de Turma deverá explicitar em ata os fundamentos da deliberação.

7.2. Critérios Gerais de Avaliação

Os critérios Gerais de Avaliação têm como base o Referencial de Avaliação Pedagógica da escola.

A avaliação deve ser global e ter em conta os conhecimentos (Saber), as capacidades/Aptidões (Saber Fazer) e as atitudes/Valores (Saber Ser).

A avaliação deve ser orientada por um conjunto de princípios básicos expressos no Referencial de avaliação, de que destacamos neste documento:

- Diversificação de instrumentos de avaliação: teste de avaliação (não mais de um por período com exceção das disciplinas sujeitas a avaliação externa), rúbricas, relatórios, trabalhos de grupo, pesquisa, trabalhos individuais, grelhas de observação direta, portfólios, etc.
- Adequação dos instrumentos de avaliação às necessidades educativas dos alunos de acordo com o ciclo de ensino frequentado;
- Autoavaliação/Autorregulação das aprendizagens pelo aluno;
- Envolvimento dos encarregados de educação no processo de avaliação da aprendizagem dos seus educandos, participando ativamente quer na análise da avaliação dos mesmos, quer nas reuniões de encarregados de educação destinadas ao mesmo fim.
- Apreciação global do trabalho desenvolvido e do aproveitamento dos alunos ao longo do ano pelo Conselho de Turma, sendo a classificação atribuída no final de cada período letivo a tradução desse trabalho.
- O professor deve, no início de cada ano letivo informar os alunos dos critérios e instrumentos de avaliação a utilizar ao longo do ano.

Deverão ser tidos em conta os seguintes critérios para a realização de provas/tarefas de avaliação:

- Quando o professor informar os alunos das datas de realização de provas escritas e/ou práticas deve registar as mesmas em documento próprio da turma.
- Os alunos não devem realizar mais do que uma prova escrita e/ou prática no mesmo dia excetuando quando as circunstâncias assim o obriguem, devidamente fundamentadas ou se os alunos assim o desejarem.
- Nos enunciados das provas escritas, tipo teste, deve ser referenciada a cotação atribuída a cada questão.
- As provas escritas devem ser corrigidas e entregues com a máxima brevidade, no horário normal da aula.
- A correção das provas escritas de avaliação deve ser apresentada aos alunos, de forma oral ou escrita, pelo professor da disciplina.
- Nas provas escritas corrigidas, devem registar a pontuação atribuída pelo professor a cada questão.
- As provas escritas de avaliação (testes, relatórios, outras), depois de classificadas, devem ser rubricadas pelo encarregado de educação do aluno.

- A terminologia das provas escritas de avaliação efetiva-se de acordo com a tabela seguinte:

	Avaliação Qualitativa	Avaliação Quantitativa
Ensino Básico	Fraco	0 - 19 %
	Não Satisfaz	20 - 49 %
	Satisfaz	50 - 69 %
	Satisfaz Bem	70 - 89 %
	Satisfaz muito Bem	90 - 100 %
	Avaliação Qualitativa	Avaliação Quantitativa
Ensino Secundário	Fraco	0 – 7 valores
	Insuficiente	8 - 9 valores
	Suficiente	10 - 13 valores
	Bom	14 - 17 valores
	Muito Bom	18 - 20 valores

7.3. Critérios Específicos de Avaliação

Estes critérios serão definidos anualmente em departamento e grupo disciplinar e aprovados no Conselho Pedagógico para cada ano letivo. Os mesmos encontram-se arquivados nos respetivos dossiers disciplinares. Cada professor dará conhecimento aos seus alunos dos critérios específicos de avaliação definidos para a sua disciplina, bem como aos Encarregados de Educação na reunião de apresentação que se realiza no início de cada ano letivo.

7.4. Critérios Gerais de Transição

Por decisão do Conselho Pedagógico foi deliberado “que nos 2º e 3º Ciclos, nomeadamente nos 5º, 7º e 8º anos de escolaridade, após a aferição das avaliações, o Conselho de Turma ponderará a retenção dos alunos com mais de três níveis

inferiores a três, enquanto nos 6º e 9º anos a Não Aprovação remeterá à legislação em vigor”.

7.5. Avaliação das disciplinas de oferta complementar e da atividade de estudo (2º e 3º ciclo)

Apresentam-se em seguida alguns pontos a ter em consideração na avaliação de cada uma destas áreas.

Disciplinas de oferta complementar

- Avaliação sumativa no final dos períodos letivos (escala de 1 a 5);
- Processo de autoavaliação (auto-reflexão);
- Instrumentos concebidos pela escola e em diálogo com os alunos.

Atividades de Estudo; Clube de Leitura e Estudo; Clube de Robótica

- Avaliação descritiva no final dos períodos letivos;
- Processo de autoavaliação dos alunos;
- Instrumentos concebidos pela escola e em diálogo com os alunos.

A terminologia utilizada na avaliação descritiva é: Não satisfaz; Satisfaz e Satisfaz Bem.

PARTE III

1. Enquadramento do Plano de Turma

Considerado como segundo nível de concretização do Projeto Educativo de Escola, o Plano de Turma constitui o último e decisivo passo no sentido da contextualização da ação educativa.

Neste sentido, o Plano de Turma (PT) deve:

- Filiar-se no Projeto Curricular de Escola e no Projeto Educativo de Escola, subordinando-se aos seus objetivos e orientações;
- Adequar-se às características próprias da turma e dos alunos que a compõem aqueles objetivos e orientações, operacionalizando-os.

As finalidades principais do Plano de Turma são:

- Fazer um diagnóstico relativo aos aspetos que possam condicionar o processo de ensino–aprendizagem;
- Promover o trabalho em equipa dos professores;
- Estabelecer uma linha de atuação comum dos professores da turma em todos os domínios da sua ação perante os alunos;
- Facilitar a articulação horizontal dos conteúdos de ensino e a integração dos saberes;
- Adaptar o currículo às características dos alunos, sempre que se considere conveniente;
- Definir uma estratégia educativa global para a turma;
- Utilizar estratégias de diferenciação pedagógica;
- Envolver os Encarregados de Educação no processo educativo.

A elaboração do PT é da responsabilidade do Conselho de Turma e compete a este:

- Analisar a situação da turma e identificar características específicas dos alunos a ter em conta no processo de ensino-aprendizagem;
- Planificar as atividades a desenvolver pelos alunos ao longo do ano;
- Adequar o currículo às características específicas dos alunos, estabelecendo prioridades, níveis de aprofundamento e abordagens interdisciplinares;
- Identificar diferentes ritmos de aprendizagem e de necessidade educativos especiais dos alunos, solicitando a atuação dos respetivos serviços especializados;
- Avaliar e reajustar a sua atuação aperfeiçoando o Projeto proposto;
- Preparar informação adequada relativa ao processo de aprendizagem e avaliação dos alunos, disponibilizando-a aos pais e encarregados de educação.

2. Esquema Organizativo para a concretização do Plano de Turma.

O Plano de Turma deverá ser elaborado de acordo com o seguinte índice:

1. Introdução / Coerência organizacional

2. Turma

2.1. Caracterização da Turma

2.2. Principais dificuldades identificadas e estratégias a implementar

2.3. Interdisciplinaridade e articulação disciplinar

2.4. Projetos diversos

3. Alunos

3.1. Alunos referênciados (dificuldades de aprendizagem / outras problemáticas)

3.2. Ações de acompanhamento e complemento pedagógico

4. Avaliação

4.1. Turmas (pautas de avaliação)

4.2. PAT

4.3. Registo de autoavaliação global do aluno

5. Aprovação

5.1. Ata

5.2. PT

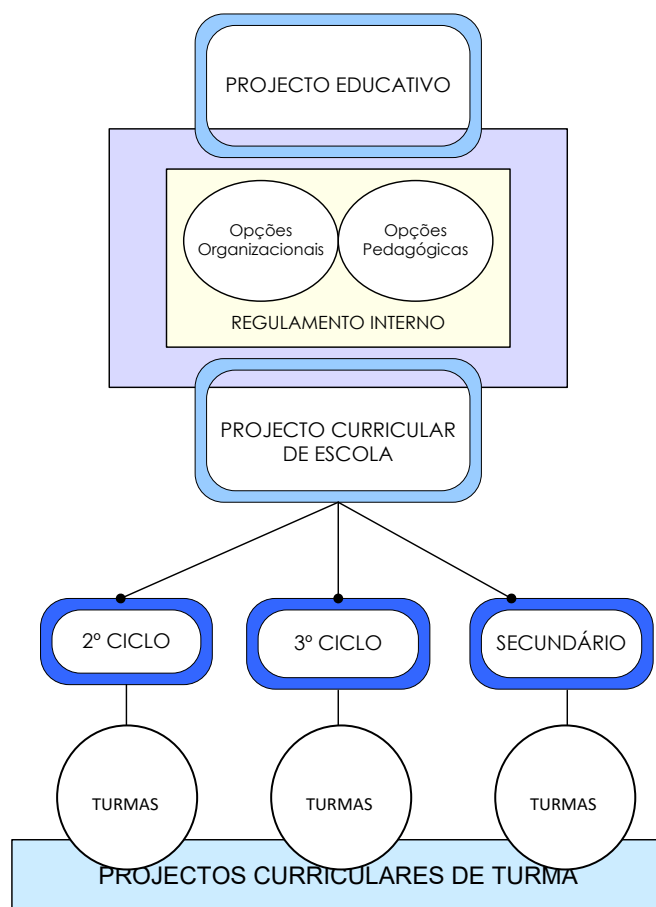
6. Anexos

6.1. Atividades de enriquecimento curricular

6.2. Quadros de Valor e Excelência

Assim concebido, o Plano de Turma, para além de constituir o culminar de um esforço de contextualização da ação educativa torna-se também no potenciador de uma unidade de base das atuações dos professores dos mesmos alunos e de uma maior eficácia da sua ação educativa.

3. Esquema Conceptual



4. Divulgação e Avaliação do Projeto Curricular de Escola

4.1. Divulgação

O Projeto Curricular de Escola deverá ser divulgado a toda a comunidade escolar devendo estar disponível na sala de trabalho de professores e nos serviços administrativos bem como site da escola.

4.2. Revisão/Avaliação

O Projeto Curricular de Escola deverá ser aprovado pelo Conselho Pedagógico da escola e revisto anualmente ou sempre que se verifique desconformidade entre o mesmo e o Regulamento Interno, o Projeto Educativo da Escola ou de legislação emanada pelo Ministério da Educação.

A avaliação decorrerá juntamente com a avaliação do PEE e RI utilizando-se os instrumentos de controlo previstos para os mesmos, nomeadamente: dados dos serviços administrativos; pautas de avaliação final; atas de reuniões.

Terá ainda como base os seguintes indicadores de medida: análise dos resultados escolares; cumprimento do plano anual de escola (PAE); percentagem dos alunos que integram o quadro de excelência; outros que se considerem relevantes.